



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA**

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 103ª  
(CENTÉSIMA TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,**

**EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008.**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Cumprimento o pessoal do SINDIRETA que está aqui e pleiteia a votação de seu projeto. O pleito de vocês é justo. Esta é a Casa do povo. Fazemos um apelo a todos os Parlamentares que se encontram na Casa para que se dirijam ao plenário a fim de que possamos, o mais rápido possível, se houver consenso, apreciar o projeto sem emendas, conforme já solicitado por vocês. Sejam todos e todas bem vindos! Boa estadia a todos, em nome do Presidente desta Casa, Alfrido Neto, e em nome de todos os Deputados.

Convido o Deputado Rogério Ulysses, o mais jovem depois do Deputado Cristiano Araújo, a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados de Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 211, de 20/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 103ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 102ª Sessão Ordinária.

Eu queria fazer uma consulta a todos os Deputados que estão aqui no plenário e na sala de reuniões: abriremos mão da falação hoje para entrarmos diretamente na pauta, a fim de apreciarmos os projetos de interesse das categorias que estão na galeria? Quero ouvir a manifestação dos Líderes desta Casa.

DEPUTADO REGUFFÉ – Sr. Presidente, preciso falar e não vou poder abrir mão da minha fala na tarde de hoje. Vou falar brevemente, por 2 minutos apenas, mas preciso falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Rogério Ulysses também faz questão de falar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde.

Eu queria cumprimentar todos os trabalhadores da administração direta que estão aqui hoje na Câmara Legislativa e falar da nossa solidariedade à causa de vocês e da necessidade de valorizarmos o profissional da administração direta, que é aquele que tem como responsabilidade responder às demandas sociais na ponta. Muitas vezes, as demandas que chegam ao Governo passam por todos esses profissionais, e cabe a eles a responsabilidade de dar vazão aos processos e a todas as questões que fazem parte da administração do Distrito Federal. Então, quero, com essas palavras, saudá-los e deixar aqui a minha solidariedade e o meu apoio à causa de todos os funcionários públicos que prestam um bom serviço ao Distrito Federal.

Fiz questão de vir aqui – quero pedir a atenção dos Parlamentares desta Casa – para fazer uma análise rápida do secretariado do Governo Arruda. Não sei se tem acontecido isto com outros Parlamentares desta Casa, mas tenho tido muita dificuldade de fazer audiências públicas aqui na Câmara Legislativa.

Recentemente, fizemos uma audiência pública para discutir a questão da Escola de Música do Distrito Federal. O Secretário Valente não compareceu, não mandou nenhum representante, não se manifestou. De certa forma, boicotou nossa audiência pública. Na sexta-feira, tivemos uma audiência pública para tratar da questão dos despachantes documentalistas. O DETRAN também não compareceu à audiência pública, não mandou representante e não se manifestou em relação a um tema de interesse do Distrito Federal.

Eu queria pedir a esses secretários e a esses representantes do Governo que lessem mais uma vez a carta que o Governador Arruda encaminhou a todos os Secretários e Administradores desta cidade: que dessem atenção à Câmara Legislativa, que comparecessem a esta Casa quando houvesse audiência pública porque é uma questão de respeito ao Poder Legislativo, à Câmara Legislativa, que vem ajudando o Governo.

Quando vem alguma demanda legislativa de interesse do Governo do Distrito Federal, nós nos mobilizamos, Deputado Geraldo Naves, nós ajudamos, nós aprovamos! Nada mais justo que um Secretário de Governo, quando for convidado para uma audiência pública para trazer respostas à sociedade do Distrito Federal, pelo menos justifique a sua ausência, mas não vir por não vir é um desrespeito ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Poder Legislativo. Todas as vezes que eu tiver de fazer uma reclamação do Secretariado do Governo ou até mesmo do próprio Governo, é desta tribuna que irei fazer, porque neste Governo alguns Secretários nos tratam com respeito.

Eu posso citar, por exemplo, o Secretário José Humberto. Ele nos trata com respeito, nos dá atenção e nos ajuda quando pode. O Secretário de Obras também. Toda vez que eu tive a oportunidade de conversar com o Secretário de Obras Márcio Machado, eu tive a sua atenção. Fui atendido nas minhas demandas, naquelas que eram possíveis. O Secretário de Fazenda Valdivino, recentemente, atendeu a um pleito de São Sebastião fazendo a remissão de débitos do IPTU. O Secretário Geraldo, da Casa Civil, nos atende bem também. Hoje eu tive a grata surpresa de ser muito bem atendido pelo Secretário de Habitação. Eu queria fazer um registro e agradecer ao Deputado Paulo Roriz o empenho que teve hoje, a demonstração de respeito ao Parlamentar. O Secretário Paulo Roriz me atendeu, me ligou, me recebeu na Secretaria, fez o possível para atender a um pleito de mais de trezentas famílias do Bairro São Bartolomeu, em São Sebastião. Isso é que é postura de Secretário que sabe respeitar o Poder Legislativo.

Eu acho que temos de reconhecer aqueles secretários que nos atendem, que respondem por telefone, que fazem o possível para atender os interesses, não dos Deputados, mas da população, porque nós recebemos a demanda da população. As pessoas ligam para os nossos gabinetes, e quando procuramos um Secretário, quando convidamos um Secretário para vir a uma audiência pública, é para tentar responder a uma demanda, à qual, às vezes, o Governo não está atento.

Hoje, quero dizer a todos os Parlamentares desta Casa que eu fiquei extremamente satisfeito com o atendimento que me dispensou o Secretário de Habitação, o Deputado Distrital Paulo Roriz, um tratamento digno, que nós do Poder Legislativo dispensamos ao Governo do Distrito Federal quando recebemos alguma demanda.

E vou dizer mais: eu não vou parar de percorrer os corredores da CEB, da CAESB, da NOVACAP para levar demandas de São Sebastião. Espero que essas agências e os Secretários sigam o exemplo do Secretário Paulo Roriz, que hoje, na minha avaliação, deu uma demonstração de respeito ao Parlamento, aos seus colegas deputados distritais, e vai, com isso, resolver o problema de mais de trezentas famílias que residem em um bairro chamado São Bartolomeu e não teriam condições de arcar com a cobrança que vinha sendo feita da habitação. Hoje, foi feita justiça social pelo Secretário Paulo Roriz. Ele é meu convidado para ir a São Sebastião anunciar isso para a população, porque ninguém faz nada na política sozinho.

Eu espero que esse exemplo positivo sirva para dar um puxão de orelhas naqueles Secretários que ainda não respeitam o Poder Legislativo e talvez ainda não tenham lido aquela carta que foi enviada pelo Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, servidores da Casa, gostaria de cumprimentar a todos. Gostaria de dizer que, se o projeto for incluído em pauta para ser apreciado, eu o votarei.

Sr. Presidente, o Governador Arruda, quando depara com um projeto que não é dele, tem, quase sempre, reconhecido isso e apenas dá seqüência ao andamento do projeto, não se esquecendo nunca de fazer referência a isso.

Eu só estou dizendo isso, Deputado Wilson Lima, porque nós, enquanto estávamos na Secretaria de Solidariedade, concebemos um projeto que trata do mercado de artesanato, que eu deixei licitado. E agora vejo na imprensa que o mercado de artesanato é uma iniciativa do Bispo Rodovalho. O Bispo Rodovalho deve seguir o exemplo do Governador Arruda e dizer que ele pegou um projeto em andamento. Isso é ético, é correto! Não sei se a assessoria dele está informando bem sobre os passos do projeto. Tenho o nome dos arquitetos que o conceberam, tenho tudo! Então, é bom que ele diga. A boa ética manda que ele reconheça que pegou o projeto já em andamento.

Eu queria também me referir aqui ao projeto que o Governo mandou sobre a extensão da licença-maternidade para seis meses, que nós tentamos votar na semana passada, mas não conseguimos por uma questão técnica. A nossa assessoria, e a Sra. Ana Cristina está nos assessorando, está dizendo que não tem problema se o projeto tiver de aguardar um pouco, porque órgãos públicos da área federal já estão estendendo, por iniciativa própria, a licença. Então, basta que o Governo do Distrito Federal, por seus órgãos, estenda a medida administrativamente até que a regulamentemos por lei. Eu queria dizer isso, Sr. Presidente.

Deputado Pedro do Ovo, V.Exa. está meio quieto hoje. O que houve?

Quero reafirmar ao nosso companheiro que, se o projeto vier a ser apreciado aqui, eu o voto, e tenho a impressão de que todos o votarão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores concursados do Governo do Distrito Federal que estão nesta tarde aqui na Câmara Legislativa.

Eu queria, nesta tarde, falar sobre um assunto no qual as pessoas não estão querendo tocar, mas eu vou tocar. Refiro-me a esse jogo do Brasil que ocorrerá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

amanhã. Eu queria fazer aqui um apelo ao Governo do Distrito Federal para que mostrasse as contas desse jogo à população do Distrito Federal, ao contribuinte do Distrito Federal. Que dissesse quanto vai custar o jogo exatamente, e como é a discriminação desse gasto, o detalhamento desse gasto.

Eu, como contribuinte, não como Deputado, mas como contribuinte, queria ter o direito de saber quanto está sendo gasto nesse jogo e como está sendo gasto um dinheiro que é meu também. Eu penso que o Governo deveria, primeiro, abrir as contas desse jogo.

Em segundo lugar, eu não sei se é verdade porque não tenho o detalhamento desse custo, e também não está no SIGO. Agora, se for verdade que esse jogo está custando doze milhões de reais, parece-me um desatino do Governo realizá-lo e um desrespeito ao contribuinte.

Eu quero deixar claro que sou favorável a que Brasília seja uma sede da Copa de 2014. Não adianta dizer que sou contra isso, não! Eu sou favorável. Só acho que gastar, com um jogo, doze milhões de reais numa cidade onde falta remédio nos hospitais, e as escolas não têm a qualidade que a população merecia, e ainda oferece uma infra-estrutura deficiente para os impostos que a população paga, não me parece razoável, digamos assim, para usar um adjetivo leve.

Eu penso, em primeiro lugar, que o Governo deveria mostrar as contas desse jogo para a população e, em segundo, que se deveria fazer uma reflexão nesta cidade sobre onde nós queremos que seja gasto o dinheiro do contribuinte. Em minha opinião, deveria ser gasto em educação, saúde e segurança pública, e não para bancar um jogo de futebol que vai durar uma noite.

Eu acho que o turismo tem de ser incentivado, mas o dinheiro público tem de ser gasto de forma precípua na educação, na saúde e na segurança pública. Essa é minha opinião. Se eu tivesse que fazer a escolha sobre o gasto de 1 real, eu gastaria nessas três áreas, e não para bancar um jogo de futebol do Brasil, de que eu até gosto muito, a que tenho até vontade de assistir. Mas não irei ao estádio em protesto, porque acho que as contas deveriam estar abertas, e eu, como cidadão e como contribuinte, gostaria que esse dinheiro estivesse sendo gasto em educação, saúde ou na segurança pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a todos e a todas que nos visitam hoje e dizer-lhes que não tenham dúvida de que vão sair daqui com a vitória na mão. Contem com nosso apoio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna falar sobre minha indignação com o desrespeito que este Poder tem recebido. Aprovamos neste ano, Deputado Benício Tavares, com a ajuda de V.Exa., a Lei nº 4.117, que destina espaço preferencial para os deficientes físicos, idosos, mães com crianças de colo e gestantes nas praças de alimentação dos *shopping centers*, bares e similares.

Na última sexta-feira, estivemos *in loco*, juntamente com o Presidente da Comissão Jovem Gente como a Gente, Sr. Eduardo Antônio, de Planaltina; o Presidente da Associação dos Deficientes do Gama e do Entorno, Sr. Luís Maurício; e o Diretor-Geral da Agência de Fiscalização, Sr. Georgiano Trigueiro, e, para nossa ingrata surpresa, como está no *Jornal do Brasil* e no *Jornal de Brasília* de sábado passado, o desrespeito, Deputado Benício Tavares, é total. Ignoram as leis que esta Casa aprova. Desrespeitam o cidadão na perspectiva dos seus direitos.

Mas venho também dizer que estamos atentos, que os empresários que só visam lucro, dinheiro, podem desrespeitar, podem não adotar a lei, mas saibam que vão ser multados, como fez a agência na última fiscalização no *shopping* Pátio Brasil. Não vamos admitir que pessoas que necessitam de uma atenção especial possam ter os seus direitos desrespeitados, que continuem sendo discriminados em plena Capital da República, em plena Capital do País. Faremos novas fiscalizações em outros *shoppings* do Distrito Federal.

O dia que uma lei aprovada nesta Casa não for respeitada, deixarei de ser Deputado, deixarei de legislar, pois não fará sentido estarmos aqui, aprovando leis para serem desrespeitadas pelo empresariado ou por quem for. A sociedade civil está organizada, atenta para buscar os seus direitos e usar a lei a seu favor.

Há outra lei aprovada nesta Casa, de nossa autoria, que trata da existência de banheiros químicos para os deficientes físicos. Estivemos em alguns eventos no Distrito Federal, tanto públicos como privados. Não temos visto a utilização dos banheiros químicos para os deficientes. Faço esse alerta aos realizadores desses eventos. Vamos fiscalizar isso com a sociedade civil e com a Agência de Fiscalização. Quem descumprir, pagará multa. A lei é feita para ser cumprida, para respeitar os direitos do cidadão que não tem seus direitos respeitados.

Sr. Presidente, vamos acionar, caso necessário, o Ministério Público para que cobre a aplicação verdadeira da lei. Como disse aqui, o dia em que uma lei distrital não for cumprida, não servirei para estar neste Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou abrindo mão do meu comunicado. Entendo que aqui há servidores e servidoras querendo a votação de seus projetos de reposição. Acho que é fundamental que possamos fazer esse debate e proceder à votação, se o Colégio de Líderes assim entender.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, já houve a proposição para que os Deputados abrissem mão da falação, mas não houve consenso. Por isso, fizemos os Comunicados de Líderes e agora estamos nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a Palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 211, de 20/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 103ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu quero falar nesta tarde apenas sobre um assunto, mas não será possível diante dos acontecimentos. Portanto, vou tentar ser muito objetivo em cada assunto que aqui vou tratar.

O primeiro tema é com relação à vinda a esta Casa de moradores de Sobradinho, que estão exigindo do Poder Legislativo, e é claro, do próprio Poder Executivo, uma solução para a aquisição de moradias naquela cidade, o que não é uma luta nova, Deputado Chico Leite e Deputado Milton Barbosa. Os moradores se encontram aqui hoje, a Associação de Inquilinos de Sobradinho, para estabelecer com esta Casa um diálogo que possibilite, na avaliação de alguns, a aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de uma possível expansão urbana naquela cidade.

Eu, particularmente, entendo que o Governo pode sim resolver o problema desses moradores, inquilinos, Deputado Chico Leite, através de uma política habitacional, sem precisar, inclusive, pressionar a aprovação do PDOT. Até porque, em qualquer política habitacional que o Governo queira implementar nesta cidade, serão necessários todos os estudos de Impacto ambiental, para qualquer área. E serão necessários, inclusive, o estudo e o projeto urbanístico daquela localidade.

Eu quero prestar solidariedade a todos aqueles que lutam por moradia digna, justa, e quero aqui reafirmar meu compromisso nesse sentido. Portanto, que eles sejam recebidos por esta Casa e por todos os Parlamentares e, é claro, que o Poder Executivo possa encontrar uma alternativa para esses moradores, não só os lá de Sobradinho, mas também de qualquer outros moradores que lutam por moradia no Distrito Federal. Acredito, Deputado Berinaldo Pontes, que essa é uma luta justa a qual todos nós precisamos nos somar.

Outra questão é com relação a uma matéria que foi publicada no jornal *Correio Braziliense* hoje, da repórter Helena, sobre uma casa de shows lá nos condomínios do Jardim Botânico – que recebeu inclusive licença, Deputado Wilson Lima, para funcionar – que está perturbando o sono de vários e vários vizinhos que moram ao lado daquela casa. O Governo tem o dever e a obrigação de regulamentar essa situação, de tal maneira que uma atividade não possa perturbar a outra. Inclusive, o Deputado Wilson Lima é o autor da lei que estabelece níveis de ruídos para proteger o sono das pessoas. Portanto, não se pode dar um alvará de funcionamento a uma casa de shows, espetáculos, enfim, ao lado de um monte de vizinhos, senão esses vizinhos não conseguem dormir. E aí perturba o sono da criança, do idoso.

Nós queremos dizer a todos o seguinte: somos favoráveis, sim, a que haja espaços específicos a esse tipo de casas, de shows, enfim, mas não pode ser exatamente ao lado de pessoas que trabalham o dia todo e precisam de um sono,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

precisam descansar. Espero muito que o Poder Executivo possa dar uma resposta a isso.

Estou apresentando, Deputado Wilson Lima, Deputado Milton Barbosa, uma série de requerimentos ao ex-Presidente desta Casa, hoje Administrador do Jardim Botânico, Fábio Barcellos, ao Governador do Distrito Federal e a quem possa interessar, para que dêem a esta Câmara Legislativa uma explicação do funcionamento de tal casa, pois acho um absurdo.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria, como já tem sido falado sobre o mesmo assunto, que o Deputado Paulo Tadeu também incluísse nesse seu trabalho, da maior importância, a questão residencial não propriamente de casas de shows, mas se V.Exa. quiser me fazer uma visita aos sábados à noite, em plena quadra onde eu moro, na QL 18, de quinze em quinze dias, pelo menos, com essa periodicidade, nós não dormimos antes das 4h da manhã.

Há uma casa desocupada nos fundos, lá tem um caseiro, e acontecem festas tremendas com *heavy metal*, e ninguém ali dorme. E o pior: liga-se para a delegacia, faz-se o que é possível, mas não se consegue um retorno, porque dizem que não existe uma regulamentação. Com muito apelo, consegue-se que uma viatura, depois de muito tempo, passe por lá.

Como é no meu caso, eu não estou pedindo a meu favor, mas em favor daquela vizinhança inteira. Também em meu favor, evidentemente, porque preciso de energia e do meu direito de dormir. Deputado Paulo Tadeu, eu gostaria que, nessas recomendações, pudesse também incluir o problema das residências que são desocupadas e alugadas para festas.

DEPUTADO PAULO TADEU – Eu quero, na realidade, concordar com V.Exa., Deputada Eurides Brito, porque, de fato, é um absurdo, é um desrespeito muito grande, pois uma atividade comercial não pode servir para prejudicar os vizinhos, o sossego e o sono das pessoas. Volto a dizer: não tenho nada contra o funcionamento de casa de espetáculos e de shows, mas no local certo, no momento certo e na hora certa. O sono das pessoas precisa ser valorizado e não pode ser perturbado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu queria quebrar a regra, também, como a Deputada Eurides Brito. Mas é só nesse ponto. De fato, V.Exa. tem razão. Eu só faria uma observação: muitas vezes, o Administrador Regional é levado por um leque de atividade. Eu não acredito que o ex-Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Fábio Barcellos tenha se havido com imprudência ao conceder esse alvará, porque um alvará desse nível tem de ser concedido, ouvindo-se vários órgãos, não só a Administração Regional.

Agora, eu queria dizer o seguinte: nenhuma atividade deve ser exercida em prejuízo dos outros. A Deputada Eurides Brito disse que talvez não exista legislação. Existe legislação, sim, é só aplicá-la que os abusos serão evitados. Quanto à localização dessas casas de show – não sou contra elas, muito pelo contrário –, o que acontece é que as atividades devem ser exercidas sem prejuízo individual. Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, quero concluir minha intervenção e até parabenizar o servidor desta Casa, o Luiz, que foi e tem sido um dos responsáveis por essa luta em defesa do sossego e do sono, não só dele, mas de todos os vizinhos ali da redondeza.

Já que estou falando de um servidor da Casa, aproveito para dizer aqui de público da minha solidariedade aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal que vem sendo atacados nos últimos dias, de maneira injusta, como se o reajuste salarial dos servidores fosse algo ilegal ou inconstitucional, quando, sabemos, o reajuste geral dos salários é algo constitucional, está na Constituição Brasileira.

O Supremo Tribunal Federal já disse que servidor público – e nenhum trabalhador deste país – pode passar de um ano para o outro sem reajuste salarial. Tivemos que adotar medidas aqui no passado para fazer a contenção de gastos. Fizemos, inclusive, redução salarial.

Hoje, esta Casa Legislativa é uma das poucas Câmaras do país, Deputado Geraldo Naves, que está enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal – e poucos falam sobre isso. Nós temos o orgulho de dizer, hoje, que trabalhamos em uma Casa que tem responsabilidade fiscal e, também, tem responsabilidade social.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputados, eu gostaria de falar sobre outros temas, como, por exemplo, a política habitacional que não depende do PDOT. Os trabalhadores e trabalhadoras têm que ficar desconfiados com quem está lutando pelo PDOT. Quem está fazendo o vínculo do PDOT com uma política habitacional para quem precisa de moradia é a elite dominante, que quer adensar esta cidade. Não vamos cair neste jogo! Não vamos cair neste jogo! Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. tem razão.

Agora, eu queria falar sobre o que V.Exa. está mencionando. Uma coisa é a reposição de perdas salariais de servidores e servidoras públicas – temos a obrigação de fazê-la. Temos a obrigação de fazê-la, como fizemos para todas as categorias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Outra coisa é a verba de gabinete. Devemos desvincular os dois, porque sou contra a elevação da verba de gabinete. Vamos debater e votar a reposição das perdas salariais, vamos separar as coisas! Devemos ter prudência e reflexão necessárias para fazer justiça também aqui nesta Casa. Se pregamos para os outros, por que não temos coragem de fazê-la aqui?

Deputado Paulo Tadeu, vamos separar uma coisa da outra! Vamos debater a reposição de perdas salariais e fazê-la sob a ordem constitucional. Não há problemas, na minha modéstia avaliação, com relação à eleição que se avizinha, porque servidores e servidoras não votam na eleição para a Mesa Diretora. Então, não há problema. Agora, quanto à verba de gabinete, aí sim. Quer debater só a verba de gabinete? Façamos! Sou contra a elevação da verba de gabinete. Desvinculemos!

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte de V.Exa.

Deputado Chico Leite, só para concluir minha intervenção, eu quero reforçar essa questão. Na realidade, pegaram a questão da recomposição das perdas salariais, que é algo constitucional. Esta Casa não pode ficar sem dar esse reajuste aos servidores, seja concursado, seja trabalhador de livre provimento, porque são trabalhadores, são servidores públicos, e devemos respeitar. O problema é que pegam as coisas e desvirtuam a discussão. Já disseram até que estamos aumentando a verba indenizatória! Já disseram que estão aumentando o salário de Deputados. Isso é mentira! Estão mentindo para a população! Estão enganando o povo desta cidade. Não existe aumento salarial para Deputados! Não existe aumento para verba indenizatória!

O que estamos discutindo aqui é o que é legal e constitucional: a reposição de perda salarial para os servidores desta Casa, seja trabalhador concursado, seja servidor comissionado. Qualquer outra coisa fora disso é demagogia, é mentira perante a população!

DEPUTADO BRUNELLI – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Deputado Brunelli, eu gostaria de concluir primeiro, mas vou dar um aparte a V.Exa. logo após.

O que ninguém diz para a sociedade é que esta Casa está enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos dentro da legalidade! Mesmo que esta Casa aplique o reajuste para os servidores, ainda assim estaremos abaixo dos 3% estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Este é o questionamento que não querem fazer porque não interessa a verdade. O que interessa é a demagogia! O que interessa é jogar a população contra a Câmara Legislativa! O que interessa é enfraquecer o Poder e enfraquecer o servidor público. É isso que interessa; a verdade não interessa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Por que não dizem que esta Casa está exatamente dentro do que determina a legislação federal quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal? Por quê? Porque ninguém quer valorizar o que é bom. O que interessa para alguns nesta cidade é apenas demonstrar o que é ruim nesta Casa. E, quando não há algo ruim, inventam, inventam coisas que não são verdadeiras!

Então, quero dizer o seguinte: não tenho problema com relação à crítica, até porque eu acho que a crítica é salutar no processo democrático. Agora, eu tenho muito problema com a mentira, com a demagogia, com aqueles que usam inclusive de argumentos falsos para poder aparecer perante a opinião pública, como fez o Collor de Melo quando se apresentou para a sociedade como caçador de marajá. E caçador de marajá naquele momento era sinônimo de ética, de transparência, de honestidade. Aqueles que favoreceram e fortaleceram o Collor naquele discurso anti-servidor público, depois pagaram com tudo que está acontecendo no mundo, que está acontecendo neste País.

Eu quero aqui colocar, com muita tranqüilidade, a minha defesa histórica do fortalecimento daquilo que é público.

DEPUTADO BRUNELLI – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Wilson Lima, que está presidindo, Deputado Paulo Tadeu, Vice-Presidente da Mesa, eu tenho um ponto de vista, agora não falando como o Deputado Brunelli, mas como simples Secretário da Casa. Na sexta-feira, eu fui questionado em alguns programas de rádio. Passa-se para a sociedade que a verba de gabinete é uma verba depositada na conta particular do parlamentar para que ele a distribua da forma que quiser. Não é assim. A verba de gabinete é contratada em cima da quantidade de funcionários de livre provimento que a legislação assim admite.

Deputado Chico Leite, quero deixar um ponto de vista muito claro: reposição salarial é uma grande luta de todas as categorias. Quando você perde o seu dinheiro e aquele recurso que você recebe é corroído pela inflação, o justo é ter a reposição. Tendo a reposição, como vamos dar apenas para funcionários que são de livre provimento e para concursados? O justo é que as tabelas alcancem esse poder de aquisição no mesmo patamar.

Quero me somar incondicionalmente ao que está defendendo o Deputado Paulo Tadeu, Vice-Presidente desta Mesa. As carreiras de todo o Distrito Federal e do Governo Federal, na sua data-base, recebem a reposição. Não estamos falando de aumento, estamos falando de reposição do período que foi corroído pela inflação. Estamos falando que as pessoas estão perdendo o seu poder de aquisição. Quando você vai a um supermercado, as coisas estão explodindo, a crise dos Estados Unidos está chegando ao Brasil, e ninguém pode fechar os olhos. É uma realidade! O Legislativo também não pode entrar numa demagogia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Nós estaremos juntos para votar, colocando um pensamento. Primeiro, não sou candidato a nada nesta Mesa. Eu sou candidato já eleito pelo povo do Distrito Federal para fazer o melhor pela população, e há que ser feita justiça a ela.

Quero agradecer esse aparte que V.Exa. me concedeu e dizer que estamos nos somando a esse coro com altivez e determinação.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte do Deputado Brunelli.

Quero apenas, para concluir, agradecer ao Presidente o espaço e reafirmar, mais uma vez, o meu posicionamento. Eu acho que não se pode, na realidade, utilizar-se de um instrumento tão legítimo e legal, como é o da reposição salarial dos trabalhadores, para enfraquecer, inclusive, todo o Poder.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Deputado Reguffe, o meu tempo já acabou, mas se o Presidente conceder... O Deputado Geraldo Naves também quer fazer uso da palavra. O meu tempo encerrou. Agradeço ao Presidente a palavra.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar minha posição sobre esse tema, até porque é muito controverso, há muito disse-me-disse. Então, quero deixar clara a minha posição, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, reposição da inflação para servidores concursados, não há nada mais justo. Inclusive, quero deixar claro, até servidores da iniciativa privada, até funcionários da iniciativa privada têm direito à reposição da inflação, à reposição salarial. Isso é plenamente justo. O que eu sou contra é o aumento da verba de gabinete. Até porque na minha campanha eu defendi a redução da verba de gabinete. Imaginem um eleitor que votou em mim – uma das minhas propostas foi essa. Eu me elegi. Aí, chego aqui e voto favoravelmente ao aumento da verba de gabinete? Esse eleitor vai me achar um traira. Então, por consciência e por compromisso com os meus eleitores, defendo a redução da verba de gabinete.

Com relação a servidores concursados terem a reposição da inflação, é plenamente justo e direito, na minha opinião.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Wilson Lima, na verdade eu pedi a palavra para deixar algumas coisas claras.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Nesta Casa, todos somos deputados e sabemos como funciona o processo legislativo. Qualquer parlamentar que queira fazer uma alteração para deixar os benefícios somente para os servidores de carreira, pode muito bem apresentar uma emenda, e isso em nenhum momento foi proposto. O que existe neste momento é um oportunismo, uma demagogia de aproveitar da proposta que está sendo discutida, que nem existe, para se promover eleitoral e politicamente. Essa é a grande verdade, e não adianta, não tem como se esconder atrás desse pano de fundo. Essa é a verdade dura, que tem de ser dita nesta Casa.

Acima de tudo, a população do Distrito Federal precisa saber quem é quem, quem tem posicionamento, quem realmente trabalha para aprovar suas propostas. É muito fácil fazer demagogia, apresentar projetos que sabemos que não serão aprovados. Não se trabalha politicamente por eles, porque não há interesse na aprovação, uma vez que, se forem aprovados, não haverá mais bandeira. Essa é a verdade.

É muito fácil o processo legislativo para qualquer Deputado, pois os assessores desta Casa sabem como fazê-lo. Não acredito que algum Deputado desta Casa não tenha assessoria suficiente para esclarecer como se aprova uma proposição, uma emenda. Essa é a verdade, que tem de ser colocada claramente. Nós, Deputados, já sabemos o que está acontecendo, efetivamente, nesse processo. Acho justa a reposição, não tenho dificuldade nenhuma com isso. A única dificuldade que tenho, e quero deixar bem claro aqui, é com relação à legislação, à Lei de Responsabilidade Fiscal. O restante são demagogias, tentativas de aparecer com proposições, de prejudicar, de fazer divulgações de coisas que, efetivamente, não acontecem.

Infelizmente, o Poder Legislativo tem esta característica, a da autofagia, e algumas pessoas se aproveitam disso para se promover. Contudo, a verdade é que a Câmara Legislativa, nesta legislatura, faz um mandato como em nenhuma outra se fez. Enquadramo-nos, temos propostas que, efetivamente, são referências até para o Brasil, como foi o caso da Lei Anti-nepotismo, da súmula que o Supremo Tribunal Federal adotou recentemente.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

**DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM.** Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal da galeria, ouvi tanta coisa aqui hoje, e fiquei um pouco apreensivo, porque as confusões são feitas através de fofoca, de disse-me-disse. Fico, às vezes, preocupado quando pego o jornal, no dia seguinte, e leio algumas notícias. Nunca vi, em uma coluna sequer – aqui conclamo para que se ouçam os Presidentes do Sindicato e da Associação –, o espaço deles na televisão. Estou vendo o espaço da mentira na televisão e algumas coisas que são omitidas. Então, ouçam lá o Adriano e conversem. Ouçam o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Presidente desta Casa, Deputado Alírio Neto, porque, por trás de cada Deputado, há esses servidores da Casa. Isso aqui não é cabide de emprego.

Dei uma entrevista para a *Record* outro dia, em que expliquei muito bem a questão da verba de gabinete e da verba indenizatória. Uma das coisas, senhores, que me deixa triste é que fico sentado ali, como Deputado, prestando atenção em tudo o que os Deputados falam aqui em cima, cada um deles, e os outros ficam todos conversando. Todos. Não estão nem aí. O Deputado Berinaldo Pontes, hoje, falou das cadeiras, da falta de respeito. Ninguém o ouviu. O Deputado Milton Barbosa falou de quando ele era Secretário. Nunca viu o Deputado Milton Barbosa deixar de atender alguém na Solidariedade. Nunca viu. O Deputado Rogério Ulysses citou, admirado, que um Secretário, o Deputado Paulo Roriz, atendeu-o muito bem. Olhem a que ponto chegamos!

Ouçõ ali – e o Adriano estava junto – que o Tribunal de Contas disse que é ilegal, que “não sei o quê”, que não se pode fazer. Então, são joguetes, são jogos. Aqui temos um canal de televisão transmitindo o Brasil para o mundo, e não há um programa de televisão esclarecendo o que é verba indenizatória, o que é verba de gabinete e como são gastas, de que forma são gastas. É lei. Mas é fácil subir naqueles banquinhos ali, dar um sorrisinho para a imprensa e dizer o que se pensa: aí tem uma matéria no jornal.

Só que hoje, quando o Deputado Paulo Tadeu subiu a esta tribuna e falou sobre uma casa de show que estava perturbando, não sei quem que tem alvará, isso acontece em Brasília inteira. Brasília inteira está assim: é casa, é alguém faturando um troquinho ali, é a droga rolando solta, chamam a polícia, é gente que toma uma overdose e morre, é outro que trai a mulher e morre também. É assim.

Agora, aqui, nós somos Deputados. Ouvi, na semana passada, um pronunciamento muito sério da Deputada Erika Kokay, que merecia respeito e deveria estar na imprensa toda. Deveriam os repórteres sair por aí, fiscalizando os hospitais públicos, o esgoto a céu aberto da rede hospitalar. Não é só de Brasília, não. Do Entorno também. Aqui se discutem questões sérias quando a elas se prestam atenção e quando querem divulgá-las.

Não adianta falar de joguinho de seleção, não. Nem lá eu vou, naquele tumulto. Vamos deixar o povo vir de Goiânia, deixar o turismo crescer. Vamos deixar o time do Gama fazer sucesso na série C. Vamos deixar crescer, vamos fortalecer. Vamos vender bastante ovo no Gama, para comprar jogador, não é, Pedro?

Quero dizer aos senhores servidores, que estão ansiosos, que a palavra do Deputado Alírio Neto, na conversa com o Adriano, ali presente – ele pode explicar isto –, é de que no dia 25 haverá uma resposta do Tribunal para a Câmara Legislativa. A sugestão do Deputado Wilson Lima é que aguardemos a resposta do Tribunal.

Muito obrigado a todos vocês.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A pauta está sobrestada pelos vetos. Esta Presidência consulta o Plenário para saber se há acordo em abirmos mão da apreciação dos vetos para irmos diretamente aos demais projetos. (Pausa.)

Como não houve manifestação em contrário, após as palavras da Deputada Erika Kokay, passaremos à apreciação das matérias.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, sempre defendemos o reajuste dos servidores. Carregamos essa história. Amargamos oito anos sem reajuste no Governo Federal, durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Neste ano, o DIEESE aponta que quase 100% das categorias receberam a reposição, no mínimo, das perdas salariais. A esmagadora maioria, além da reposição das perdas salariais, obteve ganho real para compensar um período em que não tivemos a inflação repostas nos nossos salários. Portanto, nós nos mantemos coerentes ao princípio de que os trabalhadores, os servidores têm de ter reposição das suas perdas.

Quando se diz que não se pode aumentar verba de gabinete, em verdade, faz-se uma grande confusão. Seria menos hipócrita – e talvez mais honesto – se todos dissessem: somos contra a reposição dos salários dos servidores, os servidores que trabalham e mantêm este Poder Legislativo. Talvez fosse melhor dizerem: tiremos a Câmara Legislativa, fechemos a Câmara Legislativa e passemos todos os recursos que o Poder Legislativo auferir para que sejam gastos com outras políticas. E, na verdade, não são.

Dizer que se não houver aumento dos salários dos servidores, sobrarão mais dinheiro para a Saúde, para a Educação, só diz isso quem nunca entrou em um hospital do Distrito Federal, quem nunca entrou em escolas, onde a população é tratada como se fosse coisa, completamente sem estrutura.

Nós defendemos a reposição salarial dos servidores. Nós defendemos esta reposição salarial porque não podemos penalizar os servidores apenas por questão de serem do Legislativo. Então, quer dizer que serve reajustar salários de todo o Executivo, como nós sempre defendemos, e não serve defender a reposição salarial dos servidores do Legislativo, apenas por estarem no Poder Legislativo. O Poder Legislativo é parte do Estado Democrático de Direito, e quem colabora e se soma a este coro se soma ao coro dos que defendem o Executivo sem fiscalização, sem ter nenhum outro Poder para harmonizar o exercício da coisa pública.

Não temos nenhuma dúvida em dizer: há de se reajustar o salário dos servidores, sim, porque é assim que acontece com todas as categorias. Da mesma forma estamos aqui defendendo – discutimos isso com o Líder do Governo – para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

que aproveamos o salário da carreira dos auxiliares de portaria, pois não podem perder salários. Eles, ainda assim, perderão salário, mas não podemos penalizá-los com a redução de até 50% dos seus proventos, porque são pais e mães de famílias, são pessoas que organizaram as suas vidas a partir dessa remuneração, que sofrerá, sim, um aviltamento, mas extremamente inferior ao que estava dado com a inconstitucionalidade da lei que aqui foi aprovada.

Não há nenhuma dúvida de que estamos sempre ao lado dos que constroem este Poder Legislativo. Se pudéssemos apartar os servidores de carreira dos servidores comissionados, poderia ser uma opção. Mas todos os Deputados sabem que é impossível esse apartamento. Aí reajustaríamos apenas os salários dos servidores de carreira, como se os servidores comissionados não trabalhassem. Eles trabalham e também constroem o Poder Legislativo. Não são servidores de segunda categoria.

Temos, portanto, muita tranquilidade em fazer esta discussão, a discussão de votarmos o projeto ainda hoje, para que não haja redução salarial dos auxiliares de portaria. O compromisso do Governo é o de que os servidores do apoio fazendário terão o seu projeto remetido a esta Câmara e também terão a sua injustiça corrigida.

Eu quero dizer que não temos dois discursos. Temos absoluta clareza de que Deputado nenhum, nenhum, com o reajuste do salário dos servidores do Poder Legislativo terá direito ou terá um centavo a mais na verba que dispõe para o exercício da sua atividade. O reajuste do salário dos servidores irá para os servidores, nos contracheques dos servidores. Eles têm direito a isso, como todas e todos que trabalham neste País, construindo o que dizem chamar-se República.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Antes, porém, comunico ao Plenário que o referido projeto possui duas emendas e ainda esta sendo acordado. Deputado Leonardo Prudente, V.Exa poderia explicar? Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos votar o referido item rapidamente. Há concordância de que seja o primeiro item da pauta, em respeito aos nossos amigos, servidores públicos que estão na galeria. Nós só estamos avaliando tecnicamente. Há duas emendas. Uma emenda, apresentada pelo Deputado Alirio Neto, foi um pedido do próprio Governo com o objetivo de melhorar a redação do projeto. Quanto à outra emenda, ainda estamos discutindo com o seu autor, Deputado Brunelli, para abrir um canal de interlocução e de negociação, porque sabemos da luta que o Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

tem feito em defesa dos servidores da antiga BELACAP, hoje SLU, bem como dos servidores da NOVACAP e demais.

Portanto, para que a emenda não prejudique o projeto, nós estamos tentando um entendimento com o Deputado Brunelli no sentido de abrirmos uma discussão desse assunto que é tão importante para Brasília e para essas categorias, mas sem prejuízo do projeto que hoje tramita, o qual os nossos servidores estão aí, especialmente os da carreira de apoio, aguardando ansiosamente para a correção das suas tabelas de vencimentos salariais.

Esse é o encaminhamento, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que fazemos essa consulta ao Deputado Brunelli para darmos prosseguimento ao referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Item nº 26 está pronto para ser votado?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho a concordância do nosso Líder, Deputado Leonardo Prudente, para o Item nº 33, cuja preferência já foi deferida uma vez, mas não foi votado. Ele está há mais de um mês aqui sem votação. É um projeto de importância fundamental porque determina a instalação de terminals de auto-atendimento adaptado às pessoas com deficiência visual nas instituições bancárias do Distrito Federal.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar bem claro aos meus nobres pares, principalmente aos funcionários de carreira que estão aqui que, a exemplo da emenda de autoria do Deputado Alírio Neto que defende os auxiliares da Defensoria Pública, a minha também vai ao encontro dessas necessidades dos funcionários da BELACAP.

Eu acredito, Deputado Leonardo Prudente, que se poderia fazer uma modificação quanto à equiparação na carreira porque o que os auxiliares precisam, nesse primeiro momento, é ter uma fixação de lotação, porque não podem ficar numa nação nômade, que ora está em um órgão, ora está em outro órgão, não tem uma garantia. Daqui a pouco não se sabe o que pode acontecer. Podem até mesmo extinguir a empresa. E, se extinguiem a empresa, da mesma forma que aqueles auxiliares que estão trabalhando, eu acredito que ninguém quer ver um companheiro ou pai de família ser demitido, porque a defesa do direito – para os senhores que estão aqui – é uma defesa muito individual. Nós não podemos esquecer que pessoas podem ser demitidas. Elas foram concursadas, e eu acredito que não é esse o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

sentido que vocês querem. Fazer uma pressão, ser colocado emocionalmente, sem ter, realmente, o desejo e a noção de que essas pessoas que trabalham há muitos anos no Distrito Federal têm esse direito.

Gostaria de pedir e chamar à consciência cada um dos senhores, para que não sejam levados pela emoção ou para uma situação em que sejam prejudicadas outras pessoas, mas levados pelo direito de estar fazendo, principalmente os sindicalistas, porque temos filmado e estamos colocando de uma forma muito clara. Isso chegará certamente à categoria das pessoas que estão na SLU.

Eu pediria ao Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, que pudesse abrir essa negociação, porque não posso eu abrir mão das nossas convicções em detrimento a uma emoção, a um segmento, prejudicando outros que possam ser atendidos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Enquanto o Líder do Governo acerta com o Deputado, podemos passar ao Item nº26, Deputado?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente Deputado Wilson Lima, V.Exa. não respondeu à minha solicitação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Foi acatada.

Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Programa Cheque-Moradia no âmbito do Distrito Federal, destinado à construção e melhoria de unidades habitacionais de interesse social, e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CAF

Deputado - CAS

Deputado - CCJ

A matéria não tem pareceres e recebeu 5 emendas.

Solicito ao Deputado Leonardo Prudente que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao projeto e às emendas. (Pausa.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, espero que possamos insistir na apreciação do projeto da carreira de apoio imediatamente, no dia de hoje. Se não há acordo... Eu entendo o sentido da emenda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

do Deputado Brunelli, que é contemplar os servidores que foram extremamente penalizados. Trata-se de servidores realmente nômades, que ficaram sem referencial de categoria, portanto excluídos das negociações em que se apostaram, ou que foram implementadas por suas categorias em empresas em processo de extinção ou de privatização. E algumas nem extintas serão mais. Eu entendo isso.

Mas o Deputado sabe, como eu sei, que há vício de iniciativa. Uma emenda de autoria de um Parlamentar não pode aqui estabelecer – porque se assim fosse, Sr. Presidente, com certeza os trabalhadores estariam melhor, vivendo melhor nesta cidade – condições que digam respeito a servidores públicos, nem ao menos estabelecer gasto sem prever de onde irão sair os recursos para aquele projeto.

A emenda, Deputado, possui vício de iniciativa. O melhor caminho seria que pudéssemos estabelecer uma negociação com o Governo para que o próprio Governo corrija. Eu estou de acordo com o sentido do projeto. Mas há também uma urgência, Sr. Presidente, que é a urgência dessa categoria que pode ter redução salarial. Pode ter redução salarial e precisa que esta Câmara caminhe na urgência do direito de cada um e cada uma que está aqui da carreira de apolo.

Por isso, faço um apelo para que possamos apreciar e votar o projeto hoje, para que essas pessoas possam ter a tranqüilidade de não ter redução nos seus proventos e para que esta Casa possa reparar um dano eminente que será efetivado contra esses trabalhadores, sem prejuízo de uma discussão, de uma pressão para que o Executivo remeta a esta Casa um projeto, a fim de que possamos contemplar os servidores que, merecidamente, precisam ser contemplados e precisam deixar de ser açoiados pelo Governo ou pelos governos do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu faço minhas as palavras da Deputada Erika Kokay, e peço que seja colocado em votação, neste momento, o Projeto de Lei nº 1.059.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero também manifestar o meu apelo, para que possamos fazer a Inversão da pauta e votar, imediatamente, o projeto dos agentes de portaria que estão aqui, independente de qualquer emenda, até porque eu também tenho uma emenda e a considero constitucional. Ela foi negociada com o Governo. Nós assumimos o nosso voto, se é assim.

Então, a minha solicitação é esta: para a votação imediata, e cada um assume a sua posição. Eu não tenho receio nenhum de partir para a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Ok, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para dizer que também não temos dificuldade nenhuma de votar imediatamente o projeto que vem beneficiar os servidores do Distrito Federal, especificamente os servidores que estão hoje aqui na nossa Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência comunica que, logo em seguida, passaremos à apreciação do item de vocês, presentes na galeria.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao PLC nº 101/2008.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Programa Cheque-Moradia no âmbito do Distrito Federal, destinado à construção e melhoria de unidades habitacionais de interesse social, e dá outras providências".

O parecer é pela admissibilidade do projeto, que é de autoria do Poder Executivo evidentemente, com as emendas deste Relator, acatadas as 4 emendas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores. Foram retiradas as Emendas nºs 1, 2 e 3, do Deputado Batista das Cooperativas.

O voto, então, reafirmando, é pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 4 a 8 aprovadas e as de nºs 1 a 6 deste Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa que o projeto recebeu 8 emendas, e não 5. Portanto, o parecer da Comissão de Assuntos Sociais foi relativo ao projeto e também às 8 emendas apresentadas.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores está de acordo com o projeto. Acredito que ele vem no sentido de possibilitar condições de habitabilidade, ou seja, possibilitar que se criem condições financeiras para a construção e melhoria de habitações de Interesse social.

Portanto, o projeto possibilita a habitabilidade e também tenta minimizar um *deficit* habitacional que se concentra na classe de baixa renda, já que 80% do *deficit*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

habitacional, da demanda reprimida por habitação neste país e nesta cidade, estão nas classes de baixa renda.

O Partido dos Trabalhadores apresentou 4 emendas. Primeiro exigimos que, para ter direito ao benefício, a pessoa precise apresentar o cartão de vacinação atualizado e a comprovação da matrícula dos filhos que são crianças e adolescentes. Também estabelece as condições técnicas para verificar as informações contidas.

Estabelecemos uma segunda emenda, e ambas foram acatadas, para que a pessoa tenha direito a recorrer mais de uma vez a esse benefício, na medida em que o processo de reforma ou o próprio processo de construção pode demandar um crédito superior ao que foi retirado e concedido uma única vez.

Temos também clareza, inclusive apresentamos uma emenda nesse sentido, de que o benefício do programa Cheque-Moradia tem por finalidade obras destinadas a reduzir o *deficit* habitacional quantitativo por incremento ou por reposição de estoques de moradia, visando à redução de domicílios improvisados, da coabitação familiar e de ônus excessivo por aluguéis.

Por fim, a última emenda, que também foi acatada, diz respeito aos critérios para estabelecer quem serão os beneficiários, para que sejam definidos na lei e não por decreto do Governador, para dar transparência e evitar o critério da subjetividade, o critério discricionário para a concessão do benefício. Por isso, estamos estabelecendo uma série de condições técnicas a serem consideradas para que a pessoa seja beneficiária do programa Cheque-Moradia.

O Programa Cheque-Moradia se destina, portanto, a que se estabeleça um crédito para que as pessoas possam construir ou melhorar as unidades habitacionais de baixa renda, de interesse social, com a isenção, pelos estabelecimentos, dos impostos devidos.

Crelo que o Governo acerta, e temos que trabalhar nessa perspectiva, até porque não apenas vamos possibilitar dignidade a quem mora de forma precária, mas também vamos incrementar o desenvolvimento desta cidade, porque a indústria da construção civil é absolutamente basilar para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável de uma cidade, de uma sociedade. Ela aciona uma série de outras indústrias, e retoma, resgata cadelas produtivas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Essa é a posição do Partido dos Trabalhadores. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 6 ausências.

Solicito ao Deputado Leonardo Prudente que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Programa Cheque-Moradia no âmbito do Distrito Federal, destinado à construção e melhoria de unidades habitacionais de interesse social, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, convalidamos os termos colocados e já aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais. A Comissão de Assuntos Fundiários, considerando que as Emendas nºs 1 a 3 foram retiradas, é pela aprovação das Emendas nºs 4 a 8 e também das Emendas nºs 1 a 6 do Relator da Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Programa Cheque-Moradia no âmbito do Distrito Federal, destinado à construção e melhoria de unidades habitacionais de interesse social, e dá outras providências".

Este assunto do Cheque Moradia já foi tratado por mais de uma vez aqui na Casa. O primeiro projeto apresentado tinha vício de inconstitucionalidade e teve que ser realmente derrubado. A idéia foi acatada e aperfeiçoada pelo Poder Executivo e agora retorna com o elenco de instrumentos que podem facilitar à população de baixa renda a melhora daquilo que é o objeto maior do projeto: a moradia do indivíduo. Para qualquer Relator e para qualquer Deputado presente neste plenário que votará o projeto, nada mais interessante, agradável e prazeroso do que poder



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

votar este projeto de lei complementar que vem com esse objetivo e com a possibilidade de beneficiar numerosas famílias no Distrito Federal.

Já que a matéria é tão importante para a vida da população do Distrito Federal, principalmente da população de baixa renda, é natural que tenham sido apresentadas muitas emendas durante a tramitação do projeto na Casa. Este é um Parlamento onde as coisas dificilmente saem como entraram, elas saem com emendas para seu aperfeiçoamento. A Casa trabalha para melhorar.

Assim, foram apresentadas diversas emendas, das quais as Emendas nºs 1, 2 e 3 foram retiradas pelos próprios autores, ficando, portanto, fora de cogitação. As Emendas nºs 4, 5, 6, 7 e 8 foram acatadas, já num consenso de lideranças partidárias. As Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, oriundas da Comissão de Assuntos Sociais, foram acatadas.

Vimos que não só é um tema interessante, como também é um dos projetos que saem com o maior número de emendas aprovadas para aperfeiçoar o contexto do projeto que aqui será discutido, votado e, sem dúvida alguma, aprovado neste momento.

Como disse a Deputada Erika Kokay no seu relato pela Comissão de Assuntos Sociais, é um projeto que não dá para ninguém ficar contra ele, pela grandeza, pela magnitude do seu alcance e por tudo que ele representará em termos de benefício, de melhoria de unidades habitacionais de interesse do Distrito Federal.

Agora, diferentemente da outra votação, todas as inconstitucionalidades já foram sanadas. Portanto, o projeto está em condições absolutas de ser votado. Encaminhamos, pois, pela admissibilidade do projeto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2008, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.  
(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 1 / /2008

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEOP  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 101/08  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL				X	
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	<b>TOTAL</b>	---	17			07	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato

CONSOLIDADO POR		ASSP/ _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____	MAT. _____	FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente para declaração de voto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar todos os técnicos, todos os Deputados que participaram desse importante projeto. Eu queria também ressaltar e lembrar que este projeto nasceu da Iniciativa do Deputado Batista das Cooperativas, que tanto tem lutado por moradia. Fruto do projeto do Deputado Batista das Cooperativas, nasceu o projeto do Executivo, que encaminhou a matéria para esta Casa, onde foi aprovada. Agora, uma nova lei sistematiza e reorganiza esse programa.

Então, quero render minhas homenagens ao Deputado Batista das Cooperativas por este importante projeto que hoje nós votamos e que vai melhorar, Deputado Wilson Lima, a qualidade de vida de milhares de pessoas. Hoje esse programa está também sob a batuta e a regência da Secretária de Ação Social, Deputada Eliana Pedrosa, que, tenho certeza, em muito irá contribuir para a melhoria da qualidade da habitação em Brasília.

Era apenas isso que eu tinha a esclarecer.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inversão da pauta para que o Item nº 26, que trata do Projeto de Lei nº 1.059, seja apreciado agora. Eu serei favorável ao Projeto de Lei nº 1.059 e às duas emendas, da Defensoria Pública e da BELACAP. Nunca votei contra funcionário público. Eu sempre apoiarei todos os funcionários públicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 26:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.059, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria as tabelas de vencimento básico que especifica e dá outras providências".

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Deputado Cristiano Araújo que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.059, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria as tabelas de vencimento básico que especifica e dá outras providências".

Sr. Presidente, foram apresentadas duas emendas ao projeto. A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Alírio Neto, a qual eu acato neste momento. A Emenda nº 1 acresce artigo ao PL nº 1.059, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.082, de 4 de janeiro de 2008: "Inclua-se onde couber no projeto o seguinte artigo: os servidores e empregados públicos cedidos ou removidos para o Centro de Assistência Jurídica do Distrito Federal manterão a sua atual lotação até que o órgão possua carreira específica de apoio administrativo devidamente estruturada".

Sr. Presidente, a Emenda nº 2, de autoria do Deputado Brunelli e de outros Deputados, eu rejeito.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do projeto com o acatamento da Emenda nº 1 e rejeição da Emenda nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os servidores públicos. Eu acho que a manifestação de vocês é correta e viva. Vamos aprovar o projeto de vocês. Não tenham nenhuma dúvida com relação a isso.

Sr. Presidente, solicito destaque da Emenda nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 6 ausências.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Esta Presidência informa a todos os Srs. Parlamentares que a Emenda nº 2 foi rejeitada na CEOF, foi destacada pelo Deputado Brunelli e será apreciada após a votação do projeto em primeiro turno

Solicito ao Deputado Milton Barbosa que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.059, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “cria as tabelas de vencimento básico que especifica e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o projeto tem a nossa aprovação, informando que há uma emenda aditiva a que foi pedido destaque pelo Deputado Brunelli e que a Emenda nº 1 foi aprovada.

Assim, o nosso parecer é pela aprovação do projeto com essas duas observações que acabo de fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.059, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “cria as tabelas de vencimento básico que especifica e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o referido projeto foi analisado na comissão temática e foram apresentadas duas emendas. A Emenda Aditiva nº 1 foi aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A Emenda Aditiva nº 2 foi rejeitada, para depois ser reaberta a discussão em Plenário.

Como já houve manifestação da comissão de mérito que trata dos aspectos financeiros – claro que este caso se reflete na questão social, mas o mérito é financeiro porque leva despesas para o Governo –, encaminho pela Comissão de Constituição e Justiça, nos termos em que foi aprovado pela Comissão de Economia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Orçamento e Finanças, pela admissibilidade, com a aprovação da Emenda Aditiva nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que em relação à carreira de apoio fazendário, já há um compromisso do Governo de encaminhar um projeto para também fazer a recomposição até o final deste ano, na medida em que o reajuste terá validade a partir de janeiro.

Existem outros servidores e servidoras, 140 ao todo, que não serão contemplados com o projeto que estamos votando aqui. Trata-se de tabelas específicas. Isso representa, Deputada Eurides Brito, 0,65% das folhas. Absolutamente coisa alguma!

Eu gostaria que pudéssemos fazer uma discussão para que o Governo também corrija o problema desses 140 servidores e servidoras que ficarão excluídos, até porque haverá mais de uma tabela, caso aprovemos este projeto.

Por fim, queremos discutir com o Governo para que, ainda que seja na condição de um abono transitório, possamos ter os 5%, que farão falta aos servidores que serão contemplados com esta proposta que estamos aprovando aqui no dia de hoje.

Como existe urgência para que votemos o projeto, vamos votá-lo, mas apenas realço que há um compromisso de muito tempo de que seja remetida a esta Casa a correção que diz respeito à carreira de apoio fazendário. Cento e quarenta servidores e servidoras de tabelas específicas estarão excluídos deste processo e precisam ser incluídos. O Governo tem que assumir este compromisso.

Por fim, há que se trabalhar, talvez, num abono de natureza transitória. É o que pensamos neste momento, para que possamos recompor o conjunto dos proventos. Eu diria, sem nenhum medo de errar, que esses servidores da carreira de auxiliar fazendário são servidores fundamentais para que tenhamos saúde, educação, transporte, para que tenhamos vida nesta cidade. Ainda que não estejam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

nas políticas finalísticas, são fundamentais para que tenhamos recursos para implementar essas políticas.

Se não entendermos que um órgão funciona no seu todo, não vamos entender nenhuma política de gestão. Por isso é preciso corrigir o que não val ser corrigido hoje, mas aprovar o projeto hoje, para que tenhamos um nível de segurança e os servidores possam se tranquilizar. Essa é a posição do Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, saudar os servidores que estão aqui, em especial os agentes de portaria, porque, efetivamente, conhecemos essa luta, essa injustiça que aconteceu. Quero parabenizar a liderança do movimento sindical, em especial o Sr. Severino Marques de Oliveira, uma figura histórica, o Sr. Ibrahim Yusef Mahmud Ali e todos vocês, e lembrar um pouquinho dessa luta.

No final do ano passado, fui procurado por vocês, pelos sindicalistas, sobre um problema que ocorria com a carreira. Tivemos a oportunidade de, diretamente, procurar o Governador, que naquela ocasião estava numa solenidade no Jardim Zoológico. Entramos no ônibus e começamos a negociar, ali mesmo, uma solução para que vocês não tomassem um prejuízo maior ainda.

O que é bom saber é que essa luta de vocês – se não conseguimos 100% de êxito, chegamos muito próximos disso – abriu possibilidades efetivas de também podermos corrigir, digamos assim, injustiças e irregularidades que havia em outras categorias.

Vocês, além de conseguirem resgatar um direito de vocês, propiciaram-no também a outros segmentos, como sabemos claramente. Vou citá-los aqui. Isso foi estendido para os servidores da Procuradoria. Talvez vocês não saibam, mas a solução de vocês também está indo para eles. Foi garantido não só para vocês, mas para os pensionistas e aposentados, o mesmo benefício que vocês estão tendo. Foi estendido para os servidores do Hemocentro, servidores da Vigilância Ambiental e servidores de laboratório da Secretaria de Saúde.

Cidadania é quando conseguimos lutar pelos nossos direitos, mas temos noção da responsabilidade que temos com toda a sociedade. E vocês, quando iniciaram sua luta, conseguiram trazer, junto com a vitória de vocês, também essas outras carreiras. Por isso vocês estão de parabéns.

Estamos à disposição. Parabéns, SINDIRETA!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Concedo a Palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabéns à iniciativa dos trabalhadores que vieram hoje aqui alegrar a Casa. Quero propor que, após a votação em primeiro turno, eles saiam daqui com a vitória em segundo turno e com a redação final aprovada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Passamos à apreciação do destaque da emenda, feito pelo Deputado Brunelli.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Brunelli fez uma solicitação que me parece ter ficado sem resposta. Eu estou plenamente de acordo com ela. É para que, encerrada esta sessão ordinária, possamos iniciar uma sessão extraordinária e apreciar não apenas este projeto, como também o projeto do Cheque-Moradia em segundo turno. Assim, os trabalhadores sairão daqui com o projeto definitivamente aprovado. Essa solicitação foi feita pelo Deputado Brunelli e eu gostaria de fazê-la também porque me parece que não houve uma resposta da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, ainda temos de apreciar o destaque. Mas esta Presidência acata a solicitação levantada pelo Deputado Brunelli e ressaltada por V.Exa.

Após a votação do destaque, apreciaremos o segundo turno e a redação final.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já há acordo com os Líderes para que, após a votação do destaque, apreciemos o Projeto de Lei nº 1.063, que trata de crédito suplementar. A proposição já foi analisada pelos técnicos e está em condição de ser apreciada hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência inclui o projeto na pauta da Ordem do Dia para ser apreciado ainda nesta tarde.

Passaremos à apreciação da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 1.059, de 2008.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, eu solicito que a votação seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a emenda; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO**

Conforme art. 172, 173, 174, 197- I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):

EMENDA(S) 02

PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO ART. 172 PLENÁRIO

**ASSESSORIA DE PLENÁRIO**  
**RETIRADO(A)**  
Sessão Ordinária de 18/11/08  
Sessão Extraordinária de \_\_\_\_\_  
AUTOR DO DESTAQUE DEP. Brunelli

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORÇAMENTAL Nº(S)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 1059/08

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
BERINALDO PONTES	PP				X	
BISPO RENATO	PR			X		
BRUNELLI	DEM	X				
CABO PATRÍCIO	PT				X	
CHICO LEITE	PT	X				
CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
DOUTOR CHARLES	PTB				X	
ÉRIKA KOKAY	PT	X				
EURIDES BRITO	PMDB				X	
GERALDO NAVES	DEM	X				
JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
MILTON BARBOSA	PSDB				X	
PAULO TADEU	PT	X				
PEDRO DO OVO	PMN	X				
RAAD MASSOUH	DEM			X		
RAIMUNDO RIBEIRO	PSL				X	
REGUFFE	PDT		X			
ROBERTO LUCENA	PMDB				X	
ROGÉRIO ULYSSES	PSB			X		
WILSON LIMA	PR			X		
ALÍRIO NETO	PPS			X		
<b>TOTAL</b>	--	<b>06</b>	<b>01</b>	<b>05</b>	<b>12</b>	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato

**CONCLUSÃO**

- APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
- REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
- RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
- PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

\* NÃO OBTIVE QUORUM PARA VOTAÇÃO.

CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_ MAT. \_\_\_\_\_ ASSP/ \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa aos Parlamentares que apenas 11 Deputados votaram. Portanto, não há *quorum* para apreciação da emenda. Quando o *quorum* for estabelecido, nós a apreciaremos.

Passamos a outro item de pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na ausência de *quorum* regimental, o Regimento Interno é muito explícito ao dizer que não há como prosseguir a sessão. Parece-me que chegaram mais 2 Deputados, enfim, mas com 11 Deputados não há como passar ao próximo item; a sessão tem de ser encerrada.

Solicito a V.Exa. que faça verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, a Assessoria da Mesa informa a esta Presidência que apenas não houve *quorum* para apreciação do destaque da emenda. Nós sabemos que há *quorum* para deliberação de mais propostas da Casa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, não há, não havia 13 Parlamentares nesta Casa, nesta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu vou seguir a orientação da Assessoria da Mesa, e vou continuar a votação, para não prejudicar os companheiros. Farei a verificação de *quorum*.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Faça a verificação de *quorum*, portanto. Se houver 13, nós temos o maior interesse em apreciar todos os projetos, mas não podemos abrir o precedente de uma sessão sem *quorum*, pois ela fica questionável, do ponto de vista jurídico inclusive, e podem ser invalidadas as deliberações dela.

Portanto, Sr. Presidente, não há como prosseguir uma sessão sem *quorum* regimental. Solicito a V.Exa. que seja feita verificação de *quorum*, pois este é o objetivo, é quem responde a chamada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, o art. 116, § 3º, do Regimento Interno, diz o seguinte: “Não havendo número para votação, o Presidente declarará a inexistência de *quorum* e anunciará a discussão da matéria seguinte constante da pauta.”

Isso está no Regimento Interno, Deputada, eu apenas o estou cumprindo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, isso diz respeito, seguramente, ao *quorum* qualificado. Mas eu não entendo qual é a dificuldade de fazermos a verificação de *quorum* e, havendo *quorum*, apreciarmos os projetos que já estão acordados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, não há dificuldade. Se V.Exa. permitir, a sessão vai continuar.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		<del>X</del>	
BENÍCIO TAVARES - PMDB		<del>X</del>	
BERINALDO PONTES - PP	<del>X</del>		
BISPO RENATO - PR	<del>X</del>		
BRUNELLI - DEM	<del>X</del>		
CABO PATRÍCIO - PT		<del>X</del>	
CHICO LEITE - PT		<del>X</del>	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	<del>X</del>		
DOUTOR CHARLES - PTB		<del>X</del>	
ÉRIKA KOKAY - PT	<del>X</del>		
EURIDES BRITO - PMDB		<del>X</del>	
GERALDO NAVES - DEM	<del>X</del>		
JAQUELINE RORIZ - PSDB	<del>X</del>		
LEONARDO PRUDENTE - DEM	<del>X</del>		
MILTON BARBOSA - PSDB		<del>X</del>	
PAULO TADEU - PT		<del>X</del>	
PEDRO DO OVO - PMN	<del>X</del>		
RAAD MASSOUH - DEM	<del>X</del>		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		<del>X</del>	
REGUFFE - PDT	<del>X</del>		
ROBERTO LUCENA - PMDB	<del>X</del>		
ROGÉRIO ULYSSES - PSB	<del>X</del>		
WILSON LIMA - PR	<del>X</del>		
ALÍRIO NETO - PPS	<del>X</del>		
TOTAL	15	09	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 15 Deputados.

Solicito ao Sr. Secretário que chame o item extrapauta.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Não pode ser dado como aprovado, até porque, naquele momento, no plenário havia 11 Deputados presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Reguffe, não dei por aprovado nem por reprovado. Nós voltaremos a apreciar a matéria. Vou passar para o item seguinte, para aguardar o acordo das Lideranças e dos Deputados a respeito da matéria.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, mas não foi aprovado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nem reprovado.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, nós não poderemos, pelo que eu entendo, votar o segundo turno sem tomar um posicionamento sobre a emenda.

Portanto, estou vendo os servidores aqui aguardando, pessoas que estão aqui desde cedo, nós temos que ter um posicionamento – votar ou não em segundo turno –, até para que possamos liberá-los. E aí, volto a dizer novamente, votamos hoje ou em outro dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Alírio Neto, se V.Exa. me permite, nós apreciaremos o crédito, está para ser aprovado, há acordo, e voltaremos à matéria em tela. Se conseguirmos deliberar sobre o destaque da emenda, encerraremos a sessão e votaremos em segundo turno as três matérias apreciadas.

Houve solicitação sobre o Cheque-Moradia, essa matéria que nós terminamos de apreciar e sobre o crédito que vai ser apreciado aqui agora.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se resolve essa questão, eu quero dizer que sou totalmente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

favorável à votação do Item nº 26, referente aos servidores. Somente ainda não está construída a questão da emenda apresentada pelo nobre Deputado Brunelli. Nós temos que ter um pouco mais de cuidado e zelo em relação à emenda.

Estamos pedindo aos nossos técnicos para avallar, a fim de que ela não atrapalhe o projeto como um todo, não crie amanhã dificuldade no seu conteúdo e não o danifique. Com relação ao mérito da emenda do Deputado Brunelli, somos totalmente favoráveis. A dúvida que nós temos é se essa emenda não poderá trazer prejuízo aos servidores que estão aqui, da área de apoio às carreiras.

Estamos prontos para votar o PL nº 1.063. V.Exa. pode chamá-lo.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votamos e vamos votar o PL nº 1.059 dos funcionários. Somos favoráveis, e está aqui, é a Casa do Povo! Na Casa do Povo não estamos vivendo um regime de ditadura. Os votos que eu tive são representativos e são legítimos, têm legitimidade. Diferente daqueles que têm uma condição difícil e que propõem uma coisa na campanha e fazem outra coisa; não têm legitimidade, às vezes têm a legalidade.

É muito fácil! É dizer “sim”, “não” ou se abster. Diz “sim”, diz “não” ou se abstém! A emenda vai ser rejeitada, aprovada ou não vai prosperar. É uma coisa muito simples, Sr. Presidente.

Estamos aí com os funcionários. Contem conosco! Vamos aprovar, e quero votar o segundo turno, sim!

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas uma questão de esclarecimento. V.Exa. me permite o uso do microfone?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir vênia para dar um esclarecimento. Eu não vou tocar no mérito sobre o que falou o Deputado Brunelli, não vou fazer também alusão a minha votação acompanhando a Líder, Deputada Erika Kokay. Eu só quero dizer aos servidores e às servidoras que a emenda não prejudica juridico-constitucionalmente o projeto, não prejudica. Por quê? Porque uma coisa é o projeto em si enviado pelo Governo, que está merecendo o apoio consensual da Casa. Esse é um dado jurídico e político que está merecendo, por uma construção consensual, o apoio da Casa, Sr. Presidente.

Outro dado diferente é o da emenda. A emenda constituirá um artigo ou um parágrafo do projeto. Se não entender por bem, o Chefe do Poder Executivo a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

vetará, e esse veto não prejudicará o projeto dos servidores e servidoras. É isso que eu quero deixar claro, para trazer tranqüillidade aos funcionários e funcionárias que estão na galeria e aos Parlamentares e às Parlamentares que irão votar. Eu acho que é preciso ficar claro.

Já dei esse mesmo esclarecimento aos dirigentes do sindicato que vieram para o debate na sala do cafezinho com o Colégio de Líderes, a fim de que fique claro. Isso não prejudicará, nem do ponto de vista jurídico formal nem do ponto de vista do mérito, o projeto dos funcionários e funcionárias a que nós todos, inclusive nós da bancada do Partido dos Trabalhadores, somos favoráveis.

A emenda, que constituirá um parágrafo ou um artigo ao projeto, cria um fato político e jurídico a ser julgado pelo Chefe do Poder Executivo que, vetado ou sancionado, não prejudicará o projeto dos funcionários e funcionárias. É isso que a gente precisa deixar claro, para que não haja intranqüilidade por parte dos funcionários e funcionárias.

Se há algo que a bancada do Partido dos Trabalhadores, sob a coordenação do Líder Deputado Cabo Patrício, da Deputada Erika Kokay, tem feito nesta Casa é a defesa de servidores e servidoras. Esse é princípio do PT.

Obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de justificar a ausência do nosso Líder, o Deputado Cabo Patrício, que se encontra em tratamento médico. É apenas para justificar. Por isso, como Primeiro Vice-Líder, assumo a condição de Líder nesta sessão.

Segundo, havia um acordo ou há um acordo construído antes do início desta sessão, para que pudéssemos ainda hoje apreciar o projeto que diz respeito à extensão para seis meses da licença-maternidade das servidoras do Distrito Federal, tratando-se de licença-maternidade. Havia, portanto, um acordo para apreçarmos ainda hoje essa conquista que, além de ser uma conquista da mulher, que pode exercer plenamente a sua função de mãe, é fundamentalmente uma conquista das crianças.

Tem razão o Deputado Chico Leite quanto a não haver prejuízo da emenda. Quem está prejudicando o prosseguimento desse projeto são os Deputados que não querem aqui explicitar seu voto. Caso o Deputado seja contra, que vote contra a lotação de servidores da BELACAP. Caso seja a favor, que vote a favor. Caso não saiba se é contra ou a favor, que se abstenha. Quando os Deputados saem para não explicitar sua posição, quebram o *quorum* da sessão e, ao quebrar o *quorum*, não podemos terminar a apreciação, em primeiro turno, do projeto dos servidores da carreira de auxiliar fazendário e muito menos apreciá-lo em segundo turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Então, faço um apelo para que os Deputados fiquem na sessão, que apreciemos a emenda. Se ela não for apreciada, não concluiremos a votação em primeiro turno. Embora a votação do projeto já tenha sido concluída no seu mérito, precisamos apreciar a emenda para que ele possa ir para o segundo turno. Peço que os Parlamentares fiquem no plenário e votem. Se não têm clareza do que votar, que se abstenham. Isso é previsto regimentalmente. Mas não saiam da sessão, quebrando o *quorum*.

São esses Deputados que se recusam a votar que impedem que se dê celeridade à aprovação do projeto dos servidores da carreira de auxiliar fazendário.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, sollicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem prejuízo da votação do PL nº 1.063, pela Liderança do Governo, quero dizer que temos interesse em concluir a votação tanto em primeiro, quanto em segundo turno. Porém, não queremos que essa emenda apresentada pelo Deputado Brunelli prejudique o projeto como um todo. Temos dúvida em relação a isso. A questão da retirada do *quorum* é absolutamente regimental, é pertinente.

E faço um apelo mais uma vez. O Deputado Brunelli já apresentou a sua emenda, que foi rejeitada nas comissões. O Deputado já mostrou o seu posicionamento claro, cristalino, transparente. Mas, pela Liderança do Governo, não queremos expor os Deputados da base do Governo, porque nenhum Deputado aqui é contra servidor. Somos favoráveis à valorização do servidor. Não concordamos com esse procedimento. Portanto, faço um apelo ao Deputado Brunelli para que retire o destaque. Caso isso ocorra, estaremos prontos para concluir a votação em primeiro turno e poderemos iniciar, imediatamente, a votação em segundo turno.

Se o Deputado mantiver a posição do destaque, meu encaminhamento será pela retirada do *quorum* pelos Deputados da base do Governo.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, sollicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dirigir minhas palavras em especial ao Deputado Chico Leite, que não vejo aqui. Deixo registrado que, nesse final de semana, no domingo, se não me engano, um suplemento do Jornal *Correio Braziliense* traz uma matéria do Deputado Chico Leite que tivemos condição de debater bastante, a respeito da constitucionalidade das proposições que são votadas nesta Casa.

Faço questão, Deputado Chico Leite, da sua presença e quero lhe fazer um apelo, porque V.Exa. e a bancada do PT sabem muito bem que essa emenda é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Inconstitucional e está criando um problema processual, legislativo. Ela está impedindo a votação do projeto de interesse dessas pessoas que estão aqui. Diante da sua sensibilidade e do seu compromisso, da sua história e da sua defesa pela constitucionalidade das proposições votadas nesta Casa, peço a V.Exa. que, como Parlamentar, coloque a votação na linha da constitucionalidade.

Eu conheço essa linha. Tenho certeza de que V.Exa. não tinha conhecimento profundo da emenda e seguiu a bancada. Deixo bem claro que a emenda é inconstitucional e tenho certeza de que V.Exa., pela defesa da constitucionalidade, votará contra ela ou irá se abster.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:**

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.063, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.870.120,00 (dez milhões oitocentos e setenta mil cento e vinte reais)".

Foram apresentadas 14 emendas.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

**DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.063, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.870.120,00 (dez milhões oitocentos e setenta mil cento e vinte reais)".**

Foram apresentadas 14 emendas. No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, acatamos as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, rejeitamos as Emendas nºs 7, 8 e 9 e acatamos as Emendas nº 10, 11, 12, 13 e 14. Portanto, somos pelo acatamento das emendas, conforme descrição, e pela admissibilidade do referente projeto de lei.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)**

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 9 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 33:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.023, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "determina a instalação de terminais de auto-atendimento adaptados às pessoas com deficiência visual nas instituições bancárias do Distrito Federal".

Já foi emitido o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, que foi favorável.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.023, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "determina a instalação de terminais de auto-atendimento adaptados às pessoas com deficiência visual nas instituições bancárias do Distrito Federal".

No âmbito desta Comissão, somos favoráveis à aprovação da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei favoravelmente a esse projeto porque o considero extremamente meritório, já que propicia aos deficientes visuais a oportunidade de usar um terminal de auto-atendimento nos bancos. É inadmissível que tenhamos mudado de século e ainda não tenhamos uma legislação para os deficientes visuais neste caso.

Quero parabenizar o Deputado Milton Barbosa e dizer que, na minha opinião, trata-se de um projeto meritório e, por isso, terá meu voto favorável.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho aqui um entendimento com o Deputado Brunelli, já que S.Exa. concordou com a retirada do destaque.

Quero dizer ao sindicato da categoria que falta apenas definirmos o horário, mas, na segunda-feira, teremos uma audiência com o Secretário de Governo, com o Deputado Brunelli e com representantes dos trabalhadores, abrindo a discussão sobre essa questão tão importante dos servidores da BELACAP, na perspectiva de o Governo, futuramente, encaminhar uma mensagem específica com relação a essa questão.

Quero parabenizar o Deputado Brunelli pela luta e dizer que essa luta é nossa também. Nós já agendamos com o Secretário de Governo e estamos abrindo, portanto, um canal de negociação, de interlocução desse assunto. E neste sentido, o Deputado Brunelli se comprometeu a retirar o seu destaque.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós conseguimos um intento da nossa emenda, que é focar no funcionalismo público, o qual entendemos tem dado a sua vida por isso – não tem FGTS, não recebe hora extra, por isso tem de ter vitaliciedade, o seu cargo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

E os funcionários do SLU da mesma forma. Hoje a empresa está sendo terceirizada, e nós perguntamos: onde esses funcionários ficarão? Precisamos cuidar dessas pessoas que durante suas vidas limpam esta cidade, um trabalho insalubre feito por eles e que hoje nós estamos resgatando.

Deputado Leonardo Prudente, quero agradecer a intervenção de V.Exa. Neste plenário cobrarei os acordos feitos, os acordos firmados e ainda não-executados. Estou com a breve paciência que Jó, segundo a Bíblia, tem constituído para que isso aconteça, mas entendo que temos de avançar. A palavra foi dada e uma palavra dada é um acordo que tem de ser cumprido; um acordo cumprido é um título executivo que tem de ser executado, se não aqui, na Justiça ou nas urnas.

Portanto, retiro o destaque.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Brunelli de retirada do destaque, ao tempo em que retifica a votação da matéria: houve 6 votos favoráveis, 1 voto contrário, 5 abstenções e 12 ausências quando da votação do destaque.

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 1.023, de 2008, em primeiro turno.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei breve para que possamos, imediatamente, concluir a apreciação, em primeiro turno, do projeto referente à carreira de auxiliar fazendário.

Quero apenas falar do mérito que tem o projeto do Deputado Milton Barbosa. Muitas vezes, Sr. Presidente, nós não percebemos, nós temos que nos colocar no lugar do outro. Acho que isso é compaixão: colocar-se no lugar do outro.

Muitas vezes, é salutar que as pessoas fechem os olhos para sentirem como se sente uma pessoa que não enxerga ou que não enxerga através dos olhos, pois todos nós temos várias formas de enxergar. Digo isso porque, muitas vezes, não percebemos que os orelhões provocam muitos acidentes nas pessoas que não conseguem enxergar pelos olhos, como os cegos ou os deficientes auditivos. Elas vêm com a bengala, não percebem que ali há um obstáculo e terminam ferindo a cabeça. Há também os extintores de incêndio que ficam suspensos. Quando não há sinal tátil no chão para que a bengala possa detectar, elas acabam se machucando.

Portanto, Sr. Presidente, ressalto aqui o mérito, para que as pessoas tenham autonomia e sintam que a cidade é de todas e de todos, dos que enxergam pelos olhos e dos que enxergam de outra forma, dos que escutam e dos que não escutam. O projeto do Deputado Milton Barbosa vem no sentido de possibilitar a autonomia dessas pessoas e de possibilitar que esta cidade pertença a todas e todos.



Data	Horário Início	Sessão/Renúncia	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Eu encerro, lembrando que caberia ao Governo do Distrito Federal ter o mesmo cuidado que teve o Deputado Milton Barbosa, porque o GDF teria que dotar verbas orçamentárias, para que tivéssemos sinais táteis no chão, para que as pessoas cegas percebessem quando há obstáculos suspensos, preservando assim sua integridade física.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Passemos à votação do PL da carreira de auxiliar fazendária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa, mais uma vez, que foi vencida a etapa da votação do projeto em primeiro turno. Foi aprovado o projeto da carreira fazendária em primeiro turno. O Deputado Brunelli retirou o destaque, por isso retificamos o resultado da votação.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.023, de 2008, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já conversei com vários Parlamentares, gostaria que fosse incluído o Item nº 41 para votação em primeiro turno, antes que fosse aberta a sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rogério Ulysses, eu vou chamar a sessão extraordinária, deixando a pauta aberta para incluí-lo. Se houver *quorum*, nós votaremos, pois temos compromisso com os trabalhadores aqui presentes. Então, vamos chamar para votação o projeto deles em segundo turno imediatamente.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Eu quero apenas fazer um apelo, Sr. Presidente. Se houver possibilidade, votarmos também esse projeto em primeiro e segundo turno hoje, pois é um projeto de resolução que irá readequar alguns cargos.

É somente para reforçar um pouco mais o pedido para, se possível, apreciarmos esse projeto ainda hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Encerrarei a sessão ordinária, convocando a sessão extraordinária para apreciarmos os projetos de lei complementar.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, havia um acordo, sobre o qual já falei anteriormente, de que apreciássemos hoje também o projeto que trata da extensão da licença maternidade para as servidoras públicas, para 6 meses. As emendas já foram discutidas, já foram negociadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, o Líder do Governo afirmou que o Governo gostaria de fazer algumas observações. Portanto, o projeto não está maduro para votarmos. Nós o apreclaremos em outra oportunidade.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Nós vamos apreciá-lo quando? Sr. Presidente, há pessoas que já estão em licença-maternidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu sei. Eu também sou a favor.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – A extensão da licença-maternidade vai ser retroativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pode ser que seja de um dia só, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – A questão de um dia só poderá impedir a prorrogação da extensão da licença-maternidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, essa foi a orientação que recebi do Líder do Governo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Se o período da licença-maternidade vencer amanhã, ela não terá direito à prorrogação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, não vou acatar a solicitação de V.Exa., infelizmente.

Esta Presidência encerrará a sessão ordinária, convocando sessão extraordinária.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer à Deputada Erika Kokay que o projeto que está para ser votado trata exclusivamente do salário-maternidade, porque não pode ter salário-maternidade se não tiver licença-maternidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   11   2008	15h50	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Então, ou o Governo encaminha o projeto da licença-maternidade, ou encaminha a sugestão para que possamos fazer um substitutivo, ou retira esse projeto e faremos um novo que contemple a licença-maternidade e o salário-maternidade. Em que pese serem coisas absolutamente intrínsecas, elas são distintas. Por isso, o projeto precisa de ajustes para votação.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dadas as festividades que vamos ter, existe também na pauta da Ordem do Dia, há alguns dias, o Item nº 47. Trata-se de uma moção pela qual faremos uma grande festividade de inauguração de praças. Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que incluísse na sessão extraordinária as Moções nºs 286 e 280, de 2008.

Também, Sr. Presidente, rememoro aquele projeto que infelizmente foi votado em segundo turno e houve um erro das transcrições, que é o Item nº 7 da pauta de hoje. Gostaria que V.Exa. o colocasse em redação final e segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência vai encerrar os trabalhos, para votação das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 101/08, Projeto de Lei nº 1.059/08, Projeto de Lei nº 1.063/08, Projeto de Lei nº 1.023/08, as moções mencionadas pelo Deputado Brunelli e o Item nº 7 da pauta da sessão ordinária.

Caso haja disposição, votaremos outros itens constantes dessa sessão ordinária.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h21min.)